

**Dante Luís Contin**

**A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NOS BANCOS MÚLTIPLOS E A REDUÇÃO DE  
POSTOS DE TRABALHO**

**CURITIBA  
2004**

**DANTE LUÍS CONTIN**

**A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NOS BANCOS MÚLTIPLOS E A REDUÇÃO  
DE POSTOS DE TRABALHO**

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de Ciências Economias do  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da  
Universidade Federal do Paraná – UFPR.  
Orientador: Prof. José Wladimir Freitas da  
Fonseca

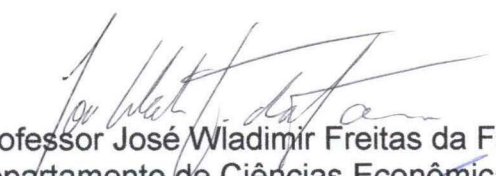
**CURITIBA  
2004**

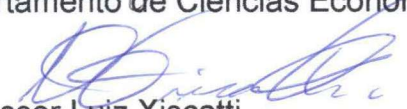
## TERMO DE APROVALÇÃO

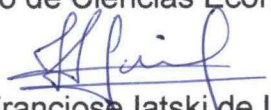
DANTE LUÍS CONTIN

### A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NOS BANCOS MÚLTIPLOS E A REDUÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Ciências Economias do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná – UFPR, pela seguinte banca examinadora:

  
Orientador: Professor José Wladimir Freitas da Fonseca  
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

  
Professor Luiz Xiscatti  
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

  
Professora Franciose Iatski de Lima  
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, 17 de dezembro de 2004.

Dedico esta monografia a todos os professores, mestres e doutores do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná por manterem-se firmes como verdadeiros baluartes do ensino público gratuito e de qualidade mesmo frente às adversidades que se apresentam, procurando sempre formar profissionais com raciocínio crítico, éticos e ávidos por uma sociedade mais justa.

Dedico esse trabalho aos meus Pais, pelo empenho, dedicação e companheirismo que me dispensaram durante todos esses anos.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE ABREVIATURAS E LISTA DE SIGLAS	vii
1 INTRODUÇÃO.....	01
2 O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL APÓS A LIBERALIZAÇÃO DA ECONOMIA NOS ANOS 90: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E POLÍTICA DAS AÇÕES DO ESTADO.....	05
2.1 AÇÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA DO ESTADO BRASILEIRO NOS ANOS 90.....	05
2.2 AS AÇÕES DE REGULAMENTAÇÃO E SANEAMENTO DO SETOR FINANCEIRO NOS ANOS 90.....	08
3 O FIM DA CIRANDA FINANCEIRA E ESTABILIDADE ECONÔMICA, CONSOLIDAÇÃO E POPULARIZAÇÃO DA MICROELETRÔNICA, PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS ESTATAIS E A ABERTURA DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO A BANCOS ESTRANGEIROS.....	19
4 A CONCENTRAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO E SUA CORRELAÇÃO DIRETA COM O AUMENTO DE SPREAD.....	25
5 PERDA DE PODER BARGANHA DOS TRABALHADORES NO SETOR FINANCEIRO – CAMPANHA SALARIAL 2004/2005	30
6 CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS.....	36
ANEXO.....	37

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – BANCOS QUE RECEBERAM RECURSOS DO PROER.....	13
TABELA 02 – BANCOS MÚLTIPLOS, COMERCIAIS DE DESENVOLVIMENTO CAIXAS ECONÔMICAS EM FUNCIONAMENTO (06/1994 – 12/2000).....	14
TABELA 03 – NÚMERO DE EMPREGADOS EM BANCOS ESTATAIS SELECIONADOS (FINAL DE PERÍODO).....	17
TABELA 04 – INVESTIMENTOS EM INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES.....	20
TABELA 05 – BANCOS ESTATAIS PRIVATIZADOS (US\$ MILHÕES NA DATA DA VENDA).....	22
TABELA 06 – PROPORÇÃO ENTRE POSTOS DE TRABALHO NÚMERO E DIMENSIONAMENTO DAS AGÊNCIAS.....	22
TABELA 07 – PARTICIPAÇÃO DOS BANCOS EM ATIVOS SOBRE O TOTAL %.....	23
TABELA 08 – RENTABILIDADE MÉDIA JUSTADA DOS BANCOS.....	24
TABELA 09 – RECEITAS DE SERVIÇOS/ DESPESAS COM PESSOAL %.....	27

## LISTA DE ABREVIATURAS E LISTA DE SIGLA

BACEN -	Banco Central
BANESPA -	Banco do Estado de São Paulo
BANESTADO -	Banco do Estado do Paraná
BESC -	Banco do Estado de Santa Catarina
BIS -	Banco Internacional de Compensação
BANERJ -	Banco do Estado do Rio de Janeiro
BANRISUL -	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BEMGE -	Banco do Estado de Minas Gerais
BB -	Banco do Brasil
BRDE -	Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDB -	Certificado de Depósitos Bancários
CEF -	Caixa Econômica Federal
CNB -	Confederação Nacional dos Bancários
COSIF -	Plano Contábil das Instituições Financeiras
CONTEC -	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito
CUT -	Central Única dos Trabalhadores
CVM -	Comissão de Valores Mobiliários
DIEESE -	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
FEBRABAN -	Federação Brasileira de Bancos
FENABAN -	Federação Nacional dos Bancos
FGC -	Fundo Garantidor de Crédito
G10 -	Grupo dos Dez
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PUC RJ -	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PROER -	Programa de Estimulo ao Fortalecimento e Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional
PROES -	Programa de Incentivo a Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária
RDB -	Recibo de Depósitos Bancários
SEEB -	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
SPB -	Sistema de Pagamentos Brasileiros
TST -	Tribunal Superior do Trabalho

-



## RESUMO

A presente monografia tem como objetivo estudar e analisar como as mudanças ocorridas nos últimos 14 anos no setor bancário brasileiro afetaram as condições de trabalho no mesmo. Para tanto o presente trabalho analisa as mudanças ocorridas na economia nacional neste período, passando pelas ações macroeconômicas com maior reflexo no setor, bem como pelas principais ações de regulamentação e saneamento do setor bancário, adotadas pelo governo federal neste período. Segue analisando o processo de concentração, desestatização e internacionalização do setor, bem como sua contribuição para a extinção de postos de trabalho, no setor bancário, neste período. Verifica-se ainda a estreita relação entre o aumento das receitas dos bancos com o processo de demissões e os maciços investimentos em meios poupadores de mão-de-obra, como parte da estratégia dos bancos para o incremento de suas receitas. Tem seu fecho na análise da perda de poder de barganha por parte das instituições representativas dos bancários e seus reflexos na campanha salarial 2003/2004.

# 1 INTRODUÇÃO

Esta monografia trata das mudanças ocorridas nas condições de trabalho nos bancos múltiplos a partir de 1990.

Quando se fala em bancos múltiplos é necessário entender que os mesmos são, conforme defini SANDRONI (2004 p.44):

Instituições financeiras que operam com mais de uma carteira. De acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e o Banco Central, os bancos múltiplos devem constituir-se com no mínimo duas das seguintes carteiras, sendo uma delas obrigatoriamente comercial ou de investimento: 1) comercial; 2) de investimento e/ou de desenvolvimento, esta última exclusiva para bancos públicos; 3) de créditos imobiliários; 4) de crédito financiamento e investimento; 5) de arrendamento mercantil.

Até a unificação do Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), ocorrido em junho de 1988, que tornou possível a unificação das instituições financeiras em um mesmo plano contábil, o tipo mais comum de instituição bancária era o banco comercial. Em setembro do mesmo ano, foi aprovada a Resolução 1.524, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), criando os chamados bancos múltiplos, que passariam a operar com no mínimo duas e no máximo em quatro das funções das antigas instituições financeiras: bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, financeiras e instituições de poupança e empréstimo. O banco comercial foi a forma primitiva dos bancos múltiplos, conforme explicita SANDRONI (2004 p.43) ao definir banco comercial:

Instituição financeira pública ou privada que se caracteriza por ter como atividade principal a intermediação do crédito, em geral a curto e médio prazos, ou seja, captar de agentes com recursos disponíveis (superavitários) e emprestar para aqueles que necessitam de tais recursos (deficitários), a fim de movimentar suas atividades econômicas. No Brasil, após a criação dos chamados bancos múltiplos, que podem deter mais de uma carteira, vários bancos comerciais adotaram essa forma, uma vez que a mesma permite maior flexibilidade e versatilidade em suas operações.

No decorrer desta monografia toda vez que aparecer a expressão bancos múltiplos entenda-se como sendo as instituições bancárias que atendem o público em geral, pessoas físicas e jurídicas nas mais diversas modalidades de crédito e serviços bancários.

Dito isto, segue a introdução do presente trabalho.

Até 1989 o setor bancário empregava aproximadamente 811 mil trabalhadores, cinco anos mais tarde em 1994 empregava aproximadamente 572 mil trabalhadores e em 2001 o total de trabalhadores no setor era aproximadamente 400 mil (CNB, 1998).

Em síntese, no período de uma década houve uma redução de metade do número de postos de trabalho no setor bancário brasileiro.

Esse quadro não é consequência de um fator determinante isolado, mas de uma série de acontecimentos que serviram de pano de fundo para sua consolidação.

Destacam-se neste sentido a consolidação e popularização da microeletrônica, o fim da ciranda financeira, a estabilidade econômica alcançada através do Plano Real, a privatização dos bancos estatais, a abertura a entrada de bancos estrangeiros, e a concentração do setor bancário.

Em virtude dos aspectos citados a forma de gestão dos bancos para que os mesmos continuassem a serem lucrativos mudou drasticamente no cenário nacional.

Os bancos privados brasileiros tiveram que passar por grandes transformações e neste conjunto de transformações um dos aspectos mais dramáticos foi à reorganização dos quadros funcionais, ou seja, demissões.

As demissões são consequência da substituição do atendimento humano por postos de auto-atendimento, privatização de bancos estatais e de um processo maciço de terceirização.

A fim de baixar os custos com folha de pagamento, os bancos terceirizaram grande parte das operações do dia-a-dia. Serviços como tesouraria central (custódia), compensação, processamento de malotes e caixa expresso, limpeza e segurança, transporte de valores e documentos são terceirizados. Além da terceirização há a utilização indiscriminada de estagiários que, na maioria das vezes, tem as mesmas funções e atribuições de um trabalhador devidamente registrado.

Tanto a terceirização quanto o uso indevido e indiscriminado de estagiários – pese o crescimento do número de estagiários ser uma estratégia legítima do processo concorrencial dos bancos face às incertezas da economia – além de contribuir para a extinção de postos de trabalho contribuem ainda para a redução dos salários no setor.

Traçado de forma sucinta este breve panorama, e para que se torne possível à análise e a compreensão de como esses aspectos são relevantes para a redução de postos de trabalho no setor bancários foram formuladas duas hipóteses:

1. A existência de uma relação intrínseca entre as mudanças realizadas pelos bancos em nome de maior comodidade, facilidade, rapidez na realização dos serviços prestados a seus consumidores com a redução de postos de trabalho e aumento dos lucros.
2. As instituições bancárias se expandem concentrando cada vez mais o mercado na mão dos três grandes bancos privados nacionais, – Bradesco, Itaú e Unibanco – tornando o setor bancário nacional cada vez menos dependente de mão-de-obra, fragilizando as relações entre banqueiros e bancários possibilitando por parte dos primeiros uma maior exploração do trabalhador através de pressões para aumento de produtividade e reduzindo drasticamente o poder de barganha dos bancários nas negociações por melhores condições de trabalho e renda.

Para o encaminhamento desta investigação pretende-se seguir alguns procedimentos metodológicos com o objetivo de reunir informações suficientes para responder ao problema a partir das hipóteses sugeridas.

Estes procedimentos passam principalmente pela análise bibliográfica, de material de divulgação das entidades sindicais, dos bancos e dos banqueiros, principalmente daqueles com representação junto às organizações de classe do setor.

O primeiro capítulo faz um resgate histórico-político-econômico da inserção e evolução do neoliberalismo no Brasil e das ações do governo Federal, sobretudo a partir do Plano Real, que corroboraram para o encaminhamento do quadro supracitado.

O segundo capítulo aborda o fim da ciranda financeira e a estabilidade econômica alcançada na década de 1990, a consolidação e popularização da microeletrônica, a privatização dos bancos estatais e a abertura do setor bancário brasileiro a bancos estrangeiros.

O terceiro capítulo discute a concentração do setor e sua correlação direta com o aumento dos lucros e receitas e seus impactos na extinção de postos de trabalho.

O quarto capítulo trata da perda de poder de barganha ocorrida no decorrer do processo analisado pelo presente trabalho, trazendo como exemplo a campanha salarial 2004/2005 dentro da qual houve a maior greve da categoria desde 1946 e a primeira greve geral desde 1991, de acordo com a publicação Folha Bancária de 13/10/2004.

## **2 PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL APÓS A LIBERALIZAÇÃO DA ECONOMIA NOS ANOS 90: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E POLÍTICA DAS AÇÕES DO ESTADO.**

O presente capítulo tem por objetivo tecer o pano de fundo e resgatar fatos importantes ocorridos na economia brasileira nos últimos quatorze anos que de uma forma bastante sensível contribuíram para o desenrolar dos fatos citados nos capítulos subseqüentes. Para tanto, divide-se este capítulo em dois tópicos. O primeiro trata das ações de políticas econômicas adotadas neste período de forma histórica. O segundo tópico descreve as ações de regulamentação e saneamento do setor financeiro adotadas pelo Governo Federal nos anos 90.

### **2.1 AÇÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA DO ESTADO BRASILEIRO NOS ANOS 90**

A década de 1990 foi palco de mudanças significativas na condução da política econômica brasileira. O período se caracterizou por um processo de abertura comercial abrangente que teve início no governo Collor e estendeu-se até o governo Fernando Henrique. Conforme cita AVERBURG (1999, p. 45), “A integração comercial brasileira vem ocorrendo no contexto de uma nova ordem mundial, a globalização, baseada nos moldes do chamado “Novo Regionalismo”, que se caracteriza principalmente pela integração de países através de acordos bilaterais e multilaterais (zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns).”

Outra mudança importante foi a do papel do Estado na economia brasileira conforme citam PINHEIRO, GIAMBIAGI e GOSTKORZEWICZ (1999 p. 13):

O papel do Estado na economia mudou de forma drástica, passando de um Estado empresário, que procurava impulsionar o desenvolvimento econômico definindo diretamente onde os fatores de produção deveriam ser alocados, para um estado regulador e fiscal da economia. A prioridade não era mais a simples acumulação de capital, mas a busca da eficiência, com o mercado substituindo o Estado na definição da alocação de recursos. Dessa maneira, o novo modelo de desenvolvimento caracteriza-se por uma economia mais aberta, com maior integração com o resto do mundo, não apenas ao que tange aos fluxos comerciais, como também ao investimento direto estrangeiro.

Neste período ainda, o Estado buscou de forma cansativa e incessante a estabilidade econômica. Iniciado no conturbado governo de Itamar Franco pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real lançado em

1994, teve sucesso, segundo PINHEIRO, GIAMBIAGI e GOSTKORZEWICZ (1999, p. 14), devido à sucessão de etapas que precederam sua implementação:

A primeira etapa objetivava criar condições macroeconômicas favoráveis à estabilização dos preços. Já a finalidade da segunda e da terceira etapas do plano era alinhar os preços relativos mais importantes da economia, uma vez que a existência de contratos indexados com datas diferentes implicava grande dispersão de preços. O alinhamento de preços relativos era necessário para libertar a economia da inércia inflacionária. Dessa maneira, a implementação do Plano Real acabou por eliminar a indexação retroativa, sem a necessidade de um congelamento de preços e salários para conter a inflação – como fora o caso dos planos de estabilização anteriores. Além disso, a conjugação da apreciação cambial com a abertura comercial – e severa concorrência externa daí resultante – permitiram que os preços dos “*tradebles*”<sup>1</sup> fossem rigidamente contidos desde o início do Plano Real, dando efetividade à âncora cambial no controle da inflação.

Praticamente durante toda a primeira metade da década de 1990 o Brasil teve:

- Inflação elevadíssima e crescente;
- Déficit fiscal, medido pelas necessidades de financiamento do setor público, no conceito operacional, relativamente modesto, em parte devido à corrosão do valor real das despesas – definidas no orçamento e contraídas em geral em termos nominais –, no contexto de rápido aumento do nível de preços;
- Taxa de câmbio bastante desvalorizada, reflexo ainda da crise da dívida dos anos 80, em que o crédito externo tinha desaparecido; e
- Situação externa folgada, representada por uma conta corrente que, na média de 1991 – 1993, foi superavitária e por uma entrada de capitais que fez com que o volume de reservas internacionais no conceito de caixa, que tinha fechado 1990 e também 1991 em menos de US\$ 9 bilhões, aumentasse a partir de 1992, atingindo mais de US\$ 40 bilhões quando do lançamento do Plano Real. (PINHEIRO, GIAMBIAGI e GOSTKORZEWICZ (1999, p. 16-17)

Contudo a partir de 1995 as características da economia brasileira alteraram-se e passaram a ser as seguintes:

- Inflação muito baixa – para os padrões históricos do país – e declinante;
- Contas públicas com elevado desequilíbrio;
- Taxa de câmbio significativamente apreciada em relação ao nível de 1991 – 1994 antes do Plano Real; e
- Rápida deterioração da conta corrente. (PINHEIRO, GIAMBIAGI e GOSTKORZEWICZ (1999, p. 17)

A explicação para esta alteração de características da economia brasileira esta calcada em três elementos. A redução da inflação como aliada do governo no

---

<sup>1</sup> “*Tradebles*” – termo em inglês que significa comerciável e designa aqueles produtos ou serviços que, além de ser comercializados no mercado interno, podem ser oferecidos no mercado internacional e exportados.

ajuste *ex-post*<sup>2</sup> das contas públicas, o expressivo aumento dos gastos públicos ocorrido nesse período e a combinação dos efeitos da abertura comercial, iniciada no começo dos anos 90, com a política cambial praticada nos primeiros meses do Plano Real.

No caso dos gastos públicos, sua variação explica-se devido a quatro fatores:

- O aumento do número de aposentados, especialmente no âmbito do setor público;
- O salto do valor real do salário mínimo, transferido integralmente para todos os benefícios previdenciários pagos pelo INSS;
- Aumento de gastos com programas de todos os órgãos Governo Federal;
- A piora da situação fiscal do Estado. (PINHEIRO, GIAMBIAGI e GOSTKORZEWICZ (1999, p. 18)

O que pode ser observado na condução do Plano Real é que de 1995 a 1998 a política fiscal do Governo Federal foi nitidamente expansionista até 1997, paralelamente, o governo praticou uma política monetária contracionista com o objetivo de estabilizar os preços controlando a forte expansão do consumo após a queda da inflação. Com o passar do tempo essa política passou a ser comandada pela necessidade de remunerar adequadamente os capitais a que o país recorreu para financiar seu déficit em conta corrente e rolar as amortizações da dívida externa. Com isso, os juros foram mantidos altos para compensar a deterioração do risco país e, desde 1997, a expectativa de desvalorização gradual da taxa de câmbio.

Conforme explica PINHEIRO, GIAMBIAGI e GOSTKORZEWICZ (1999 p.19 - 20):

A desvalorização gradual da taxa de câmbio iniciada em 1995, em seguida à crise do México no final de 1994 foi pautada pela tentativa de ajustar a taxa do câmbio, em termos nominais, a uma taxa similar à variação do Índice de Preços de Atacado – IPA –, política essa que foi mantida durante 1996 e 1997. Nesses dois anos a taxa de câmbio desvalorizou-se a uma média de 0,57% ao mês, uma taxa muito próxima da inflação mensal média de 0,64% do IPA. Ao longo do tempo, contudo, houve uma espécie de mudança implícita dos objetivos da política cambial, no sentido de que esta, à medida que a regularidade das correções próximas a 0,6% ao mês se cristalizava, passou a estar associada à continuidade da desvalorização nominal ao ritmo de 7% a 8% a.a. que foi mantida em 1998.

Assim, o conceito de defesa da política cambial mudou de defesa de um certo nível real da taxa de câmbio para a continuidade das desvalorizações nominais de aproximadamente

---

<sup>2</sup> “Ex-Post” – expressão criada por Myrdal para indicar a quantidade de investimentos, poupança e consumo realizados em determinado período.



0,6% ao mês ao longo de 1998. A contrapartida da estabilidade da política cambial, em um contexto externo marcado por crises sucessivas – México (1994), da Ásia (1997) e da Rússia (1998) –, foi a da instabilidade das taxas de juros que tiveram violentas altas, nos períodos de crise, seguidas, logo após as mesmas, de suaves tendências declinantes.

A combinação de uma política fiscal expansionista com uma taxa de juros elevada pode ser sustentada por alguns anos por meio da acumulação de dívidas públicas externas, mas configura uma política monetária que não pode ser de caráter duradouro.

Só a partir do ajuste fiscal iniciado em 1999 é que essa combinação começa a ser modificada, ao dar peso menor à política monetária no esforço de estabilização e com uma melhora no resultado primário das contas públicas.

Conforme (PINHEIRO, GIAMBIAGI e GOSTKORZEWICZ (1999, p. 2): “Embora possa se argumentar que nos últimos anos foram lançadas sementes que poderão criar as condições para uma retomada do crescimento, não há dúvidas que o desempenho macroeconômico do plano Real ficou muito aquém das expectativas iniciais que o plano suscitou”.

## 2.2 AS AÇÕES DE REGULAMENTAÇÃO E SANEAMENTO DO SETOR FINANCEIRO NOS ANOS 90

É importante ressaltar que no período supracitado foram várias as ações de política econômica implantadas no Brasil com o intuito de estabilizar a economia nacional e retomar o rumo do crescimento econômico. Contudo, no período conturbado da gestão de Fernando Collor à medida que sem dúvida teve o maior impacto na forma de condução das transações bancárias foi o fim das operações de “*overnight*”<sup>3</sup>. Até 1990 os bancos ganhavam facilmente muito dinheiro aplicando recursos transitórios – “*floating*”<sup>4</sup> – nas operações de “*overnight*”, estas lastreadas 100% em títulos públicos, de baixíssimo risco.

---

<sup>3</sup> “*Overnight*” – expressão em inglês que significa “durante a noite”, utilizada para indicar as aplicações financeiras feitas no mercado aberto (“*open market*”) em um dia para resgate no dia seguinte ou no primeiro dia útil, quando coincide com fins de semana ou feriados.

<sup>4</sup> “*Floating*” – expressão em inglês que é utilizada para indicar os ganhos, obtidos pelos bancos na defasagem de tempo existente entre a liquidação de um título, por parte do sacado, e o repasse do valor referente a liquidação do mesmo para o cedente, pela aplicação deste recurso em operações de mercado aberto.

Passado o mal estar social causado pelo processo de “*impeachment*”<sup>5</sup> de Fernando Collor, assume Itamar Franco, vice-presidente, em fins de 1992 e como cita CAMPOS (200, p. 34):

Seus dois anos de mandato foram marcados por contradições internas entre setores que persistiam na defesa do caminho neoliberal e setores recém-ingressos no governo, de perfil não-neoliberal e mesmo alguns setores progressistas. O balanço final, porém, favoreceu os primeiros. (...) Em 1993 é nomeado para o Ministério da Fazenda o senador Fernando Henrique Cardoso, que em 1994, à frente de um grupo de economistas da PUC-RJ, lançou o Plano Real para debelar a inflação e estabilizar a economia.

Dentre as mudanças e as medidas tomadas para viabilizar o Plano Real e com o intuito de permanecer dentro dos objetivos do presente estudo, serão analisadas aquelas que tiveram maior reflexão no setor bancário.

Estas mudanças foram se desenhando através de resoluções, normas e circulares do Banco Central e proposições do Ministério da Fazenda que deram corpo a um conjunto de medidas, principalmente a partir da edição do Plano Real.

O novo contexto econômico foi um forte argumento para justificar as medidas adotadas junto ao setor bancário. Destaca-se deste contexto, conforme descreve PASSOS (2001 p. 59-60):

- Controle da Inflação – que se constituiu, mais fortemente desde o início dos anos 1980, num perverso mecanismo redistribuidor de renda em favor dos setores de mais alta renda. Este mecanismo encontrava nos bancos um dos principais beneficiados, na medida em que controlavam a circulação de ativos monetários e financeiros da economia. A perpetuação desta situação no País por longo período consolidou uma grave desigualdade social, marcada pela concentração da renda;
- Abertura Econômica – este mecanismo foi utilizado como forma de manter e ampliar a oferta interna de produtos, evitando a volta da inflação por insuficiência no atendimento da demanda como ocorrido nos outros planos econômicos. Qualquer tentativa de aumento de preços, justificáveis ou não, tinha na concorrência externa um forte limitador. “Grosso modo” pode-se considerar que este mecanismo veio substituir a política de “congelamento” de preços praticados nos planos anteriores;
- Política Cambial Rígida – vinculada à característica anterior, esta medida representou uma valorização da moeda interna. Este mecanismo permitiu a intensificação das importações na medida em que os produtos externos ficavam mais acessíveis, enquanto encareciam os produtos nacionais. O resultado foi um aprofundamento do déficit comercial brasileiro, exigindo um constante fluxo de capitais externos que culminou numa forte desvalorização cambial em janeiro de 1999.

O Plano Real conseguiu baixar a inflação a níveis irrisórios e foi o grande cabo eleitoral do presidente Fernando Henrique nas eleições presidenciais de 1994. Fernando Henrique deu continuidade e seguiu ainda, com um afinco maior a cartilha

---

<sup>5</sup> *Impeachment* – processo de impedimento pelo qual passou o presidente Fernando Collor.

neoliberal<sup>6</sup>. Em seus dois mandatos como presidente da república Fernando Henrique construiu uma relação mais estreita com o capital financeiro internacional.

Este novo contexto representou mudanças em diferentes aspectos da vida nacional.

No que se refere ao setor bancário, podemos destacar, que o controle da inflação reduziu uma parte substancial das receitas das instituições bancárias que advinham da inflação, além de reduzir o potencial de ganhos a curto prazo.

A queda da inflação requereu um ajuste interno e externo mais intenso das empresas, tendo em vista que os diferenciais competitivos até então obscuros nos ganhos inflacionários tornaram-se visíveis, evidenciando entre os bancos os diferenciais de solidez patrimonial e operacional, até então negligenciados em uma conjuntura de alta inflação.

Não foi por acaso que bancos de diferentes portes enfrentaram dificuldades no período posterior ao Plano Real, mesmo que no agregado os ganhos do setor tenham se mantido em nível elevado. Os riscos advindos deste novo contexto macroeconômico, principalmente após a quebra de grandes bancos – Nacional, Econômico e Bamerindus –, serviram como justificativa para o governo dar um novo formato ao setor bancário, que teve como um de seus resultados a maior presença de bancos internacionais.

Em linhas gerais o setor bancário brasileiro passou por um processo de ajuste a partir de 1994 que o tornou mais consolidado, resultante de um intenso processo de centralização e concentração do capital, fazendo surgir poucos e grandes bancos nacionais; tornou-se também mais aberto à presença de bancos estrangeiros que passaram a controlar parcela maior da movimentação financeira no país e, por fim, tornou-se menos estatal, na medida em que se iniciou um processo de privatização dos bancos públicos, principalmente daqueles controlados pelas unidades da federação, que detinham uma parcela do mercado bancário nacional.

Fizeram parte deste processo de ajuste algumas medidas que passaram a regulamentar as instituições financeiras no Brasil.

---

<sup>6</sup> NEOLIBERALISMO: Doutrina política-econômica que representa uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno. Estruturou-se no final da década de 30 por meio das obras do norte-americano Walter Lippmann, dos franceses Jacques Rueff, Maurice Aliais e L. Baudin e dos alemães Walter Eucken, W Röpke, A. Rüstow e Muller-Armack.

Através da Resolução 2.099, de agosto de 1994, o Banco Central coloca, conforme descreve PUGA (1999, 417), o sistema financeiro brasileiro em consonância com as 25 resoluções do Acordo da Basileia:

As instituições financeiras deveriam manter um nível mínimo de patrimônio líquido ajustado, correspondente a uma proporção dos ativos ponderados pelo risco de cada tipo de aplicação. Essas exigências fazem parte de um conjunto de 25 princípios básicos discutidos no âmbito do Banco Internacional de Compensação (BIS), através do Comitê de Supervisão Bancária da Basileia. Este comitê foi criado em 1975 pelo Grupo dos Dez (G10), constituído por Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Suíça, Suécia, Reino Unido e EUA, cabendo destacar que na discussão dos princípios participaram também outros países, inclusive o Brasil.

O objetivo destes princípios, segundo documento oficial do Comitê, é fortalecer a solidez dos sistemas financeiros, dados os efeitos internos e externos de sistemas financeiros frágeis. Dessa forma procura-se estabelecer regras comuns aos países, aproximando-os e possibilitando a criação de instrumentos uniformes no combate a eventuais crises sistêmicas, sem interferir no movimento de liberalização e desregulamentação dos mercados, liderados pelos países desenvolvidos e tratados no âmbito dos acordos multilaterais.

Ainda sobre a resolução 2.099 do Banco Central, cita PUGA (1999 p. 417):

O Banco Central procurou enquadrar o sistema bancário nacional ao sexto princípio do Acordo da Basileia, que sugere aos países que exijam dos bancos um patrimônio líquido proporcionalmente equivalente aos recursos que operam no mercado. Seguindo esse princípio, passou-se a exigir que os bancos inicialmente dispusessem de no mínimo 8% do valor das suas aplicações, ponderado pelo grau de risco de cada tipo de operação, na forma de capital próprio. Em seguida esta exigência passou para 10% e atualmente encontra-se em 11%. Além dessa medida, o Banco Central do Brasil passou também a exigir que os bancos tivessem um capital mínimo para entrarem ou continuarem no mercado.

Esta medida teve como efeito, primeiro limitar a entrada de novos bancos no mercado; em seguida retirar pequenos bancos com pouco volume de negócios, já que a exigência de um capital inicial maior inviabilizava para estes a atividade bancária. Quando passou a exigir um volume de capital vinculado ao volume de aplicações, significou que para operar mais no mercado seria necessário realizar permanentes aumentos de capital para não correr risco de ficar desenquadrado nas regras do Banco Central. Outra alternativa seria mudar o perfil das aplicações para as de menor risco, o que significava obter menor rentabilidade que os concorrentes.

Num cenário de queda dos ganhos decorrentes do controle inflacionário qualquer solução que resultasse na diminuição da rentabilidade soaria incoerente do ponto de vista capitalista, pois o cenário exigia ampliar o espaço operacional para no mínimo manter a rentabilidade e não reduzi-la. Os que optassem por esta solução, cedo ou tarde seriam incorporados pela concorrência. Dessa forma, limitou-se a presença de pequenos e médios bancos pela menor capacidade destes em realizar aumentos de capital, e pela redução das expectativas em relação à manutenção dos níveis de rentabilidade diante da maior concorrência.

Além disso, ao reduzir os ganhos bancários decorrentes da inflação, o novo cenário macroeconômico impôs quase que como condição essencial à sobrevivência, em particular dos grandes bancos com rede de agências e um perfil de negócios voltado ao varejo, o crescimento orgânico.

O crescimento orgânico pressupõe um crescimento distribuído em todas as áreas do mercado financeiro, diluindo custos fixos, mantendo-se competitivamente no mercado. Como operam com mais carteiras, disponibilizando diferentes produtos, os grandes bancos tem a possibilidade de distribuir os riscos operacionais em diferentes produtos. Esta prática é impossível para os pequenos e médios bancos que, em geral, detêm um perfil de clientes, produtos e serviços menos diversificados. Desta forma os grandes bancos absorveram os menores formalizando uma maior centralização no setor bancário brasileiro.

Essa necessidade de crescimento dos bancos coincidiu com as dificuldades de sustentação de muitas instituições bancárias, principalmente as de menor porte, colocando em suspeição a solidez de todo o sistema.

Com o intuito de evitar maiores conseqüências decorrentes da dificuldade de pequenos, médios e alguns grandes bancos, o governo criou em novembro de 1995 um conjunto de medidas acessórias à Resolução 2.099 conforme cita PUGA (1999 p. 419): "A primeira foi a Resolução 2.208 que criou o Programa de Estímulo ao Fortalecimento e Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional (PROER), que através de incentivos fiscais e monetários, garantiu a transferência de controle acionário no setor bancário".

O Proer contempla a criação de uma linha especial de assistência financeira destinada a financiar reorganizações administrativas, operacionais e societárias de instituições financeiras que resultem na transferência de controle ou na modificação de objeto social para finalidades não privativas de instituições financeiras. Além disso, as instituições participantes podem diferir em até 10 semestres os gastos com a reestruturação, reorganização ou modernização, além de ficarem temporariamente liberadas do atendimento dos limites operacionais referentes ao Acordo da Basiléia.

Os recursos são provenientes dos depósitos compulsórios recolhidos pelas próprias instituições integrantes do sistema financeiro, não comprometendo o orçamento fiscal.

Na tabela 01 podem ser visualizados os bancos e os recursos envolvidos em operações financiadas por este programa. A justificativa desta ação foi à eminência de risco sistêmico, representando uma ameaça à sociedade e, em especial, ao processo de valorização capitalista.

TABELA 01 – BANCOS QUE RECEBERAM RECURSOS DO PROER

INSTITUIÇÃO	VALOR RECEBIDO (em US\$ Bilhões)
Nacional	6,1
Econômico	6,8
Bamerindus	5,9
Banorte	1,3
Mercantil de Pernambuco	0,5
<b>TOTAL</b>	<b>20,6</b>

FONTE: DIEESE – Subseção CNB/CUT.

Ainda em 1995, através da Medida Provisória 1.182 conforme PUGA (1999 p. 418-19):

Ampliaram-se os poderes do Banco Central, permitindo a adoção de ações preventivas para sanear o sistema financeiro. Permitiu-se assim que a autoridade monetária exigisse das instituições com problemas de liquidez um novo aporte de recursos, a transferência do controle acionário ou a reorganização societária por meio de incorporação, fusão ou cisão. Posteriormente, em março de 1997 essa Medida foi convertida na Lei 9.447, facultando ao Banco Central desapropriar as ações do controlador de um grupo financeiro e, posteriormente, efetuar sua venda por meio de oferta pública, caso ele não acate suas recomendações. Também estendeu ao acionista controlador a responsabilidade solidária com os administradores, no caso de problemas com a instituição. Houve, portanto, um fortalecimento do poder do Estado em determinar modificações no setor financeiro.

Com a Resolução 2.211 conforme cita PUGA (1999 p. 420):

Foi criado o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que estabeleceu uma garantia de até R\$ 20 mil por titular para os depósitos e aplicações nos casos de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou reconhecimento pelo Banco Central de estado de insolvência da instituição financeira após o Plano Real. A garantia incide sobre os depósitos à vista, a prazo e de poupança sobre letras de câmbio, imobiliárias e hipotecárias. Os recursos advêm do próprio sistema financeiro, com uma contribuição mensal de 0,025% do montante dos saldos das contas seguradas. Esta medida reduziu os riscos dos clientes diante de situações de falta de liquidez de alguma instituição.

Por fim, foi dificultado o surgimento de novas instituições através da Resolução 2.212, criando incentivos para a fusão, a incorporação e a transferência de controle acionário. Com esta Resolução, passou-se a exigir um limite inicial maior de capital para a constituição de novos bancos. Nos dois primeiros anos de funcionamento da instituição financeira, o patrimônio líquido ajustado terá de corresponder a 32% dos ativos ponderados, percentualmente, esse que cairá até o sexto ano, quando vigorará o limite exigido de todos

os demais bancos. Contudo, os casos de fusão incorporação ou transferência de controle acionário ficam isentos dessa nova exigência.

Portanto, valendo-se do argumento de que era preciso criar condições de solidez e fortalecimento do sistema bancário nacional, percebe-se desde meados de 1994 um conjunto de medidas de iniciativa do governo federal que acabaram consolidando o setor, reduzindo em 49 o número de bancos até dezembro de 2000. O total de bancos privados nacionais passou de 147 para 76 neste mesmo período, conforme Tabela 02 elaborada pelo Dieese, evidenciando a forte centralização em curso com efeitos na disputa capitalista pelos espaços de valorização.

TABELA 02 – BANCOS MÚLTIPLOS, COMERCIAIS, DE DESENVOLVIMENTO E CAIXAS ECONÔMICAS EM FUNCIONAMENTO (06/1994 – 12/2000)

INSTITUIÇÕES	JUNHO 1994	DEZEMBRO 2000
Bancos Públicos Federais	6	5
Bancos Públicos Federais Múltiplos e Comerciais	4	3
Bancos Públicos Federais de Desenvolvimento	1	1
Caixa Econômica Federal	1	1
Bancos Públicos Estaduais	34	17
Bancos Públicos Estaduais Múltiplos e Comerciais	26	13 <sup>1</sup>
Bancos Públicos Estaduais de Desenvolvimento <sup>2</sup>	7	4
Caixa Econômica Estadual	1	0
Bancos Privados Nacionais	147	76
Filiais de Bancos Estrangeiros (Comerciais)	19	13
Bancos com Controles Estrangeiros	19	59
Bancos com Participações Estrangeiras	31	27
<b>Total</b>	<b>246</b>	<b>197</b>

FONTE: Banco Central do Brasil (<http://www.bcb.gov.br>). Elaboração: DIEESE – Subseção CNB/CUT.

1 – Incluindo os seis bancos federalizados.

2 – Incluindo o BRDE, de controle interestadual.

O Governo aproveitou-se novamente da falta de rigidez do arcabouço institucional e permitiu a presença de bancos estrangeiros, tendo como um dos objetivos suprir a insuficiência de capital dos bancos privados nacionais, incapazes sozinhos de liderarem a centralização em curso, dessa forma justificando essa presença como importante para a consolidação do setor, inicia-se um processo de internacionalização, que associado ao fortalecimento do segmento privado nacional,

marca a fase atual da transformação do setor bancário no Brasil. Como resultado, o número de bancos controlados por capital estrangeiro passou de 19 em junho de 1994 para 59 em dezembro de 2000. Somados os bancos com participação estrangeira e as filiais de bancos estrangeiros, totalizavam-se 99 instituições, num conjunto de 197 bancos, representando a metade do total, contra 28% em meados de 1994.

Vários foram os argumentos em defesa da participação de capital estrangeiro na atividade bancária. Um deles foi à insuficiência de capital do segmento privado nacional e de sozinho, conseguir conduzir o processo de ajustamento do setor após a estabilização da inflação, havendo assim a necessidade de contar com o capital externo. Pode-se considerar também o fato de que o modelo de estabilização macroeconômica do Plano Real baseou-se, entre outras medidas, na sobrevalorização da moeda e na abertura econômica, produzindo “*déficits*” constantes nas contas externas do país, criando uma dependência de recursos para equilibrar o balanço de pagamentos. A estratégia da presença de bancos estrangeiros, além de estimular a consolidação do setor bancário nacional, foi associada à necessidade de capitais externos, que poderiam supostamente ser garantidos a partir da presença desses bancos.

Sobre isto cita PUGA (1990 p. 431-32):

Em 1995 a Exposição de Motivos 311 do Ministério da Fazenda estabeleceu que era de interesse do país a entrada ou o aumento da participação de instituições estrangeiras no sistema financeiro. Com esta medida foi superado o obstáculo decorrente da legislação em vigor, dando início ao consistente processo de internacionalização do setor. Entre os aspectos destacados nesta medida, estão a escassez de capitais nacionais, a eficiência operacional e a capacidade financeira superior dos bancos estrangeiros, com reflexos positivos sobre o preço dos serviços e sobre o custo dos recursos oferecidos à população e a introdução de novas tecnologias.

Buscando dar maior impulso à entrada de bancos estrangeiros, em novembro de 1995 a Resolução 2.212 eliminou a exigência de que o capital mínimo de um banco estrangeiro fosse o dobro daquele exigido de um banco nacional. Desde 1995 os pedidos de entrada no Brasil tem sido analisados pelo governo brasileiro levando-se em consideração, além da capacidade financeira e a solidez da instituição estrangeira, “os interesses e prioridades nacionais”.



Em relação aos bancos públicos, o governo federal adotou uma postura específica que resultou na ampliação do espaço mercadológico às instituições privadas. O objetivo explícito do governo federal tem sido o de eliminar a presença dos bancos públicos. Entre os argumentos principais, destaca-se o de que os bancos haviam se tornado emissores de moeda dos governos que os controlavam, sendo que a crise de endividamento dos estados os teria contaminado. O Banco Central partindo da premissa de que todos os bancos viviam realidades semelhantes, sem nunca propor uma discussão da viabilidade de adotar mecanismos públicos de controle, e avaliando que um controle mais efetivo desses bancos esbarraria em restrições de ordem política, apresentou a privatização à liquidação ou a extinção como soluções inexoráveis.

Conforme se encontra em PUGA (1999, p. 419-20), a posição do Banco Central em relação aos bancos públicos estaduais foi a de forçar uma solução de curto prazo, priorizando mudanças na gestão e no controle destes bancos:

A Medida Provisória 1.514 de agosto de 1996 e suas reedições definem as opções que o governo federal disponibilizaria aos estados da união controladores destes bancos, no que se refere à manutenção do controle acionário, venda ou extinção. As condições mais favoráveis em termos de financiamento sempre privilegiaram os estados da união que optassem pela perda do controle dos bancos, com a decisão de privatizar, se constituindo em uma chantagem técnico-financeira.

O aprofundamento das negociações vinculou a solução dos problemas destas instituições à renegociação das dívidas dos estados da união. A possibilidade de incluir o custo de saneamento dos bancos estaduais no plano de ajustamento das contas públicas com taxas de juros próximas de 6% e prazo de financiamento de trinta anos foi à oportunidade principal criada pela união na perspectiva de atrair o maior número de interessados conforme PUGA (1999 p.424).

Considerando que a única possibilidade de manter o controle sobre as instituições financeiras seria cobrir à vista no mínimo 50% da necessidade de saneamento, num contexto de crise fiscal na maioria dos estados da união, não foi surpresa constatar que o balanço deste programa apontou o esvaziamento deste segmento – de 34 bancos em junho de 1994, em dezembro de 2000 restavam apenas 17 sob controle dos estados. – objetivo explícito do PROES – (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária).

Outro efeito da ação estatal foi atender, ao mesmo de forma seletiva e gradual às pressões do capital internacional por maior abertura do mercado interno, produzindo um sistema bancário mais internacionalizado, onde cresceu a participação dos bancos controlado por capitais estrangeiros no mercado brasileiro. Esta situação tem gerado declarações de banqueiros quanto aos riscos daí decorrentes, defendendo que o controle atual exercido pelos bancos estrangeiros já é excessivo.

O efeito da ação estatal tem sido um setor bancário menos estatal, transferindo aos bancos privados fatias regionais importantes de mercado, o que tem estimulado a concentração do setor e garantindo maior escala e conseqüente redução dos custos operacionais dos demais bancos, o efeito mais visível tem sido o esvaziamento bancário de algumas regiões com o desaparecimento de atendimento bancário, principalmente nos municípios mais pobres da nação e de demissões dos trabalhadores assalariados dos bancos que foram adquiridos, em conformidade com os dados da Tabela 3.

TABELA 03 – NÚMERO DE EMPREGADOS EM BANCOS ESTATAIS SELECIONADOS (FINAL DE PERÍODO)

<b>Banco</b>	<b>1989</b>	<b>1994</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Banco do Brasil	134.376	119.380	69.437	78.201
Caixa Econômica Federal	67.546	65.076	55.483	53.760
Nossa Caixa	15.578	15.554	12.313	12.065
Banespa/Santander	37.919	33.877	20.098	22.235
Banestado/Itaú	14.733	13.274	9.641	8.027
BRB	2.839	3.520	1.766	1.600
Besc	6.505	9.991	4.985	4.924
Banrisul	11.438	10.648	7.699	8.330
<b>Total</b>	<b>290.934</b>	<b>271.320</b>	<b>181422</b>	<b>189.142</b>

Fonte: Relatório das Administrações

Elaboração: DIEESE – Linha Bancários

Nota: Tabela Extraída da Tese de Mestrado em Sociologia A Internacionalização do Setor Bancário no Brasil Após o Plano Real: Divergências de Interesses dos Banqueiros com a Ação do Estado e Mudanças nas Negociações com os Trabalhadores Bancários p. 106 de autoria de Daniel Domingos Dos Passos Apresentada na Universidade Federal Do Paraná em Novembro de 2001.

Diante do exposto nas páginas anteriores passa-se ao capítulo II que tratará de explicar o fim da ciranda financeira, a estabilidade econômica, a consolidação e popularização da microeletrônica, a privatização dos bancos estatais e a abertura do setor bancário brasileiro aos bancos estrangeiros.

### **3 O FIM DA CIRANDA FINANCEIRA E ESTABILIDADE ECONÔMICA, CONSOLIDAÇÃO E POPULARIZAÇÃO DA MICROELETRÔNICA, PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS ESTATAIS E A ABERTURA DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO A BANCOS ESTRANGEIROS.**

Considera-se como o ponto de partida da nova forma de se realizar negócios, prestar serviços e auferir lucros no setor bancário ao final da ciranda financeira. De acordo com COELHO (2002 p. 09):

Em 1990, o Plano Collor, apesar de conturbado, propiciou o início da estabilização econômica que hoje conhecemos, esta mais tarde ajustada pelo Plano Real (1994). Até 1990 os bancos ganhavam facilmente muito dinheiro apenas com o “floating”<sup>7</sup>, que era apenas aplicar recursos transitórios nas aplicações de “overnight”<sup>8</sup>, estas 100% lastreadas por títulos públicos reconhecidamente de baixíssimo risco.

Essa era a principal maneira dos bancos aumentarem seus ativos e auferirem lucros.

Além disso, a estabilidade econômica alcançada através do Plano Real acabou com uma parte substancial das receitas das instituições bancárias, advindas da inflação, reduzindo potencialmente os ganhos de curto prazo, revelando a fragilidade patrimonial e operacional de muitas instituições financeiras nacionais, sendo necessária, inclusive, a intervenção do governo federal através do Programa de Estimulo e Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional – PROER – para sanear o sistema financeiro brasileiro e enquadrá-lo ao novo contexto econômico nacional.

Ainda nas décadas de 1980 -1990 consolidou-se a sedimentação e a difusão da microeletrônica possibilitando um maior acesso computadores cada vez mais potentes ampliando sua utilização tanto em residências como nos mais variados setores da economia. Nesse sentido os banqueiros viram na microeletrônica uma aliada capaz de reduzir em grande escala seu custo operacional e com aplicações que vão desde o banco pela rede mundial de computadores (“*internet*”) até uma maior disseminação de postos de auto – atendimento.

---

<sup>7</sup> “*Floating*” – expressão em inglês que é utilizada para indicar os ganhos, obtidos pelos bancos na defasagem de tempo existente entre a liquidação de um título, por parte do sacado, e o repasse do valor referente à liquidação do mesmo para o cedente, pela aplicação deste recurso em operações de mercado aberto. (SANDRONI,2004)

<sup>8</sup> “*Overnight*” – expressão em inglês que significa “durante a noite”, utilizada para indicar as aplicações financeiras feitas no mercado aberto (“*open market*”) em um dia para resgate no dia seguinte ou no primeiro dia útil, quando coincide com fins de semana ou feriados. (SANDRONI,2004)

que vão desde o banco pela rede mundial de computadores (“internet”) até uma maior disseminação de postos de auto – atendimento.

A partir da década de 1990 é possível ao usuário de microcomputadores com conexão à “internet” realizar todas as tarefas que anteriormente só seriam possíveis em um caixa de banco dentro de uma agência. Os bancos desenvolveram sistemas de acesso a serviços de pagamento de contas, transferências intercontas e interbancos (DOC e TED), aplicações e resgates de aplicações, saldos e extratos vendendo ao cliente a ilusão da comodidade de se auto – atender no conforto de sua casa ou trabalho sem depreender tempo e dinheiro em locomoção até uma agência bancária quando o que está nas entrelinhas é o lucrativo repasse de custos do banco para o cliente uma vez que o tempo, o trabalho a utilização da linha telefônica e a luz são por conta do cliente.

Outra forma de utilização da microeletrônica em favor dos banqueiros são os postos de auto – atendimento distribuídos dentro e fora das agências bancárias.

De acordo com dados publicados na Revista da Confederação Nacional dos Bancários (CNB, 1998, p. 12) de julho/agosto de 1998: “Eliminaram-se muitas funções e reduziram-se drasticamente segmentos inteiros. Os bancos empurram cada vez mais a clientela para os serviços de auto-atendimento eliminando postos de trabalho. Hoje mais de 70% de todas as operações feitas nos bancos são pelo sistema do auto-atendimento”.

Para que se tenha parâmetros da importância dada pelos banqueiros aos investimentos em telecomunicações e informática, no período de 1999 a 2001 o incremento nos investimentos realizados foi de 25,41% saltando de R\$ 2.491.000.000,00 em 1999 para R\$ 3.124.000.000,00 em 2001 de acordo com dados da Febraban – Federação Brasileira de Bancos – contidos na tabela 03.

**TABELA 04 – INVESTIMENTOS EM INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES**

ANO	1999	2000	2001
Total de Investimentos	2.491	2.892	3.124

FONTE: Febraban (Investimentos realizados em hardware, equipamentos e linhas de telecomunicações e softwares próprios ou de terceiros em R\$ bilhões).

Nota: Tabela Extraída da publicação: Caderno de Teses do IV Congresso da CNB Bancários na Construção de um Outro Modelo Econômico e Social São Paulo (2003 p 22).

Segundo o Caderno de Teses do IV Congresso da CNB (2003 p. 22): “Os bancos destinam cerca de 97% de seu patrimônio a investimentos em tecnologia da informação, destinando parcela significativa destes ao SPB – Sistema de Pagamentos Brasileiro –, que pretende organizar todas as transferências e pagamentos entre os setores da economia”.

Isso significa que quando totalmente implantado o SPB haverá uma menor necessidade de intervenção humana para a finalização dos pagamentos e compensações bancárias, em outras palavras, haverá uma necessidade menor de mão-de-obra para a realização das atividades corriqueiras realizadas diariamente dentro das agências e departamentos bancários.

Outro fenômeno que ocorreu neste período e que foi peça chave a extinção de um grande número de postos de trabalho no setor bancário nacional foi o processo de privatização de bancos estatais.

Em sua grande maioria, os bancos estatais privatizados a partir de 1994 eram bancos regionais e pertenciam ao estado no qual estavam localizados.

Como destaca COELHO (2002 p. 10): “alguns eram bem geridos, outros tendiam a se ajustar mais aos interesses políticos do seu estado do que ao negócio, o que se comprovou temeroso... este cenário debilitado favoreceu que o mercado bancário privado gradualmente absorvesse a grande maioria destes bancos públicos”.

A tabela 05 traz uma lista de bancos que foram privatizados a partir de 1994 bem como a instituição compradora e o valor da venda em milhões de dólares na data da venda.

TABELA 05 – BANCOS ESTATAIS PRIVATIZADOS (US\$ MILHÕES DA DATA DA VENDA)

Mês / Ano	Instituição Privatizada	Instituição compradora	Valor
Junho 1997	Banerj	Itaú	289
Agosto 1997	Credireal	BCN <sup>1</sup>	112
Dezembro 1997	Meridional	Bozano, Simonsen <sup>2</sup>	239
Setembro 1998	Bemge	Itaú	494
Novembro 1998	Bandepe	ABN – AMRO	154
Junho 1999	Baneb	Bradesco	148
Outubro 2000	Banestado	Itaú	871
Novembro 2000	Banespa	Santander	3.680

FONTE: Gazeta Mercantil, vários números

Elaboração: DIEESE – Subseção CNB/CUT

Nota: Tabela Extraída da Tese de Mestrado em Sociologia A Internacionalização do Setor Bancário no Brasil Após o Plano Real: Divergências de Interesses dos Banqueiros com a Ação do Estado e Mudanças nas Negociações com os Trabalhadores Bancários p. 72 de autoria de Daniel Domingos Dos Passos Apresentada na Universidade Federal Do Paraná em Novembro de 2001.

- 1) Adquirido posteriormente pelo Bradesco.
- 2) Adquirido posteriormente pelo Santander.

Se compararmos os dados da TABELA 04 com a evolução da extinção de postos de trabalho no setor bancário no mesmo período e com a evolução do número de agências tem-se o seguinte panorama: em 1994 o número de empregados no setor era de 567.031 bancários em 2002 o número de bancários caiu para 392.345 bancários uma redução de 174.686 postos de trabalho o número de agências bancárias passou de 17.182 para 16.396 no mesmo período e o número de bancários por agência passou de 33 para 24 conforme os dados da tabela 06.

TABELA 06 – PROPORÇÃO ENTRE POSTOS DE TRABALHO NÚMERO E DIMENSIONAMENTO DAS AGÊNCIAS

	31/12/1994	31/12/2002
Número de Bancários	567.031	392.345
Número de Agências	17.182	16.396
Bancários por Agência	33	24

FONTE: Banco Central Do Brasil e DIEESE/Elaboração Sese/Seeb/SP

Nota: Tabela Extraída da publicação: Caderno de Teses do IV Congresso da CNB Bancários na Construção de um Outro Modelo Econômico e Social São Paulo 2003 p.13.

O que está intrínseco nestes números é que a privatização dos bancos estatais, associada à nova forma dos banqueiros brasileiros gerirem os bancos com

o fim da ciranda financeira e a difusão da microeletrônica, permitiu que um número grande de postos de trabalho fosse extinto bem como agências localizadas em municípios, considerados inviáveis e pouco lucrativas fossem fechadas.

Outro fator que forçou esta redução de custo via demissões no cenário bancário nacional foi à vinda de bancos estrangeiros para o Brasil. Com a estabilidade econômica alcançada através do Plano Real, o Brasil tornou-se um mercado agradável aos olhos dos banqueiros internacionais.

Os bancos estrangeiros que já atuavam no Brasil tinham pouquíssimas agências em poucos e grandes centros e focavam públicos muito elitizados. Aproveitando da abertura propiciada pela política neoliberal adotada pelo Brasil a partir de 1994 houve uma forte e rápida injeção do capital multinacional no setor bancário nacional, seja comprando participação em bancos nacionais ou mesmo comprando bancos de origem pública ou privada.

Segundo o Caderno de Teses do IV Congresso da CNB (2003, p. 91) destaca: “Poucos são os que efetivamente fizeram um lance de ampliação de sua presença no Brasil, pelo menos no que diz respeito aos bancos múltiplos. Por outro lado, no setor de bancos de atacado ou de clientes VIP’s, onde sua atuação é mais tradicional, os bancos internacionais ampliaram seu domínio”.

Observando-se as tabelas 07 e 08 que trazem respectivamente dados sobre a participação dos bancos em ativos e da rentabilidade média ajustada, vem à tona a real intenção dos bancos multinacionais em atuar no setor bancário nacional.

TABELA 07– PARTICIPAÇÃO DOS BANCOS EM ATIVOS SOBRE O TOTAL %

	Dez 1995	Dez 2001	Dez 2002
Privados Nacionais	30,57	35,84	41,11
Estrangeiros	8,96	29,16	25,00
Bancos Públicos	52,57	33,32	33,78
Associados a Estrangeiros	7,90	1,67	0,12

Fonte: Austin Asis

Nota: Nota: Tabela Extraída da publicação: Caderno de Teses do IV Congresso da CNB Bancários na Construção de um Outro Modelo Econômico e Social São Paulo (2003 p 90).

Em um prazo de 7 anos os bancos estrangeiros triplicaram a sua participação no volume de ativos no mercado nacional. Dos países listados na Tabela 8 o Brasil é o campeão em rentabilidade para investimentos no setor bancário, ou seja, é o país em que os bancos têm o maior lucro anual em



contrapartida não há geração de empregos por parte destes na mesma proporção de seus lucros.

**TABELA 08 – RENTABILIDADE MÉDIA AJUSTADA DOS BANCOS - %**

<b>País</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
Brasil	18	23	23
México	10	19	17
Inglaterra	19	16	16
Espanha	-	17	14
EUA	12	10	12

FONTE: ABM Consulting

Nota: Tabela Extraída da publicação: Caderno de Teses do IV Congresso da CNB Bancários na Construção de um Outro Modelo Econômico e Social São Paulo (2003 p 90).

Diante do exposto, segue no capítulo seguinte o estudo da concentração do setor bancário brasileiro nos últimos 14 anos e suas conseqüências para a precarização das condições de trabalho dos empregados no setor.

#### **4 A CONCENTRAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO E A SUA CORRELAÇÃO DIRETA COM O AUMENTO DE SPREAD.**

A raiz da concentração do setor bancário brasileiro é o fim da ciranda financeira no início dos anos 1990.

A partir da implantação do Plano Real, no início de julho de 1994, as reformas empreendidas na área financeira tiveram, principalmente, a finalidade de fortalecer e reestruturar o sistema financeiro nacional. Tais reformas tornaram-se essenciais com a estabilização da economia, em especial a perda de importante fonte de receita advinda das transferências inflacionárias, o “*floating*”.

As operações de *floating* consistiam em aplicar o capital de terceiros, proveniente da liquidação de boletos bancários, por um período de tempo, em operações de mercado aberto, antes de repassar o mesmo ao cedente do boleto.

Geralmente as instituições bancárias faziam este repasse três, quatro, cinco ou até quinze dias após o pagamento. Durante este intervalo de tempo às mesmas compravam títulos da dívida pública do Governo Federal que, neste período sofria com um alto índice de falta de liquidez. No momento de fazer o repasse referente às liquidações dos boletos, as instituições financeiras recorriam novamente ao mercado só que desta vez vendendo os títulos da dívida pública e retendo para si os ganhos referentes a esta transação.

Porém para que fosse possível realizar estes ganhos era necessário que as tesourarias das agências bancárias estivessem com os seus cofres sempre cheios. Para encher os cofres de uma tesouraria é necessário que a diferença entre os depósitos e arrecadações seja maior que os saques e para que isso ocorra é necessário uma bateria de caixas grande, o que demandava uma retaguarda, (compensação, processamento, tesouraria) de mesmo porte, então, era comum que a estrutura das agências, neste período tivessem um quadro de funcionários grande.

Portanto nem sempre os bancos tinham um patrimônio equivalente ao volume de negócios que os mesmos geravam.

Nesse período não havia a facilidade de acesso a crédito como passo a existir a partir da década de 1990; limite contratual de conta corrente, linha de crédito direto ao consumidor pré-aprovada, cartão de crédito eram produtos destinados há

uma pequena percentagem de clientes importantes por serem pessoas influentes na região onde estava localizada a agência bancária.

A filosofia dos bancos era: “para que correr o risco de emprestar a massa se é possível emprestar ao Governo Federal e lucrar sem o risco de inadimplência”. Ou seja, realizando operações no mercado aberto os bancos ficavam com os ganhos inflacionários sobre o capital de terceiros sem haver a necessidade de se expor ao risco de liberar crédito a um grande volume de clientes e sofre o sinistro do mesmo, perdendo parte de suas receitas.

Acabado este período os bancos foram obrigados a redirecionar a forma de obter lucros. O Governo Federal foi complacente com seus velhos parceiros e em julho de 1996 expediu a Resolução 2.303 do Banco Central que permitiu que a partir desta data as instituições financeiras cobrassem tarifas pela prestação de serviços. Desde a emissão de um segundo talonário de cheques no mês, até outros serviços mais sofisticados; manutenção de conta-corrente, saldos extratos, transferências intercontas e interbancos, segunda via de documentos, microfilmagens entre outros serviços.

Mas isso não foi o suficiente quando o último centavo das duplicatas foi repassado a seus clientes, sem a possibilidade de operar com este capital em mercado aberto, muitas instituições financeiras começaram a revelar a fragilidade de seus balanços e simplesmente não tinham mais condições operar normalmente. Para que não houvesse um colapso do sistema financeiro nacional e o mesmo não perdesse a credibilidade frente ao mercado externo, o Governo Federal desenvolveu um mecanismo que possibilitou o saneamento destas instituições e sua aquisição por parte de outras mais sólidas.

Em novembro de 1995 é lançado o Programa de Estimulo ao Fortalecimento e Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional (PROER).

Através do PROER e de outras medidas complementares, já abordadas nos capítulos anteriores, o Banco Central, com o intuito de sanear o sistema financeiro exigiu das instituições com problemas de liquidez um novo aporte de recursos, a transferência de controle acionário ou a reorganização societária por meio de incorporação fusão ou cisão facultando ao Banco Central a desapropriação das ações de um grupo financeiro e, posteriormente, efetuar a sua venda por meio de

oferta pública estendendo aos sócios a responsabilidade solidária com os administradores no caso de problemas com a instituição.

Passado este período de ajustes, as instituições que continuaram operando no mercado financeiro nacional e as que entraram, em sua maioria instituições multinacionais, começaram a obter lucros, operando, ainda que em menor escala, com crédito ao Governo Federal, e também através de linhas de crédito ao consumidor.

Conforme cita PUGA (1999 p.437):

Embora o número de bancos tenha se reduzido de 273, em junho de 1994 para 233, em dezembro de 1998, houve um significativo crescimento do seu tamanho nesse período. O total de ativos e patrimônio líquido do sistema bancário nacional cresceram 71% e 61% em dólar, respectivamente. Também houve importante elevação de crédito concedidos, principalmente no segundo semestre de 1994. A partir de então, o crescimento foi bem mais lento em função basicamente do aumento da inadimplência.

Uma das grandes fontes de receita dos bancos é a tarifação de serviços. Conforme mostra a tabela 09 essa receita é suficiente para, em alguns casos cobrir a folha de pagamentos da instituição.

TABELA 09 – RECEITAS DE SERVIÇOS/ DESPESAS COM PESSOAL (%)

BANCO	DEZ/01	DEZ/02
ITAÚ	115,3	137,4
UNIBANCO	108,6	126,9
CEF	76,2	100,2

FONTE: BACEN

Mas as receitas com a tarifação de serviços não são a única fonte de lucros dos bancos.

O “*spread*”<sup>9</sup> bancário que é, basicamente, a diferença entre o custo da captação do dinheiro para as instituições financeiras e a taxa cobrada nos empréstimos é outra fonte importante de receita e a base para a reestruturação e reengenharia pelas quais passara os quadros funcionais das instituições bancárias com o fim da ciranda financeira.

<sup>9</sup> Entende-se por *spread* a taxa adicional de risco no mercado financeiro, sobretudo o internacional. É variável conforme a liquidez e as garantias do tomador, o volume do empréstimo e o prazo de resgate.

Pode soar estranho mais foi a busca de “*spreads*” maiores que levou a demissão de grande número de bancários, a terceirização de serviços a maiores investimentos em telecomunicações e informática.

Para que se torne possível à compreensão desta afirmação é importante que haja o entendimento de como é calculado o “*spread*” bancário.

Como dito anteriormente o “*spread*” é a diferença entre a taxa de juros cobrada no empréstimo menos a taxa de juros paga pela captação.

Por lei as fontes de captação são os depósitos à vista, poupança CDB<sup>10</sup> e RDB<sup>11</sup>. Contudo apenas parte destes volumes podem ser emprestados, ou seja apenas uma parcela deste volume gera “*funding*”<sup>12</sup>. Uma parcela significativa dos volumes captados pelas instituições financeiras é destinada a exigibilidades (recursos para programas sociais do Governo Federal, crédito agrícola, imobiliário etc...) e parte para os depósitos compulsórios.

Os fundos de investimentos não geram “*funding*”.

Em 2003, segundo a Federação Brasileira dos Bancos – Febraban – o “*spread*” médio dos bancos de varejo brasileiros foi de 44% ao ano. Os bancos cobraram 67% em média ao ano pelos empréstimos – (lembrando que a média das operações de todas as linhas de crédito em 2003 segundo a Febraban foi de 5,58% ao ano) – e pagaram 23% ao ano em média em suas captações.

Este 44% ao ano é o “*spread*” bruto. Devem ser subtraídos deste número os seguintes itens:

- Impostos diretos e indiretos que representaram em 2003 28%.
- Inadimplência 16% em 2003.
- Despesas administrativas 24% em 2003.

---

<sup>10</sup> O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é um documento que comprova ter seu possuidor feito um depósito a prazo fixo em estabelecimento financeiro. É negociável, rende juros e, no Brasil na época em que existia a correção monetária, esta era agregada aos juros, sendo pré ou pós-fixada.

<sup>11</sup> O Recibo de Depósito Bancário (RDB) tem as mesmas características do Certificado de Depósitos Bancários, contudo o mesmo é nominal e intransferível.

<sup>12</sup> Entende-se por *funding* a conversão de um débito de curto prazo em débito de longo prazo. Os recursos auferidos com a venda de títulos de longo prazo não empregados para saldar os débitos imediatos. No que concerne as empresas essas operações de *funding* são rentáveis quando o mercado de ações está em ascensão. Quanto ao governo, essas operações são favoráveis quando as taxas de juros estão elevadas.

Em síntese 68% do “*spread*” são despesas, custos e provisões, 32% é o lucro líquido do banco.

Dos 68% que são despesas dois fatores estão fora da alçada de decisão dos bancos são eles os impostos indiretos e diretos e a taxa de inadimplência. O terceiro fator, despesas administrativas é composto de gastos com pessoal manutenção de patrimônio, material expediente.

Desta forma, a fim de aumentar os ganhos com “*spread*” os bancos só podem agir nas despesas administrativas assim sendo criaram-se processos de demissão voluntária, terceirizão-se departamentos e setores inteiros, investe-se em meios de produção poupadores de mão-de-obra (informática, sistemas de operações via telefone, computador, auto-atendimento), com a finalidade de aumentar a margem de “*spread*” sobre as operações de crédito.

Portanto é possível concluir que apenas as instituições com maior volume de patrimônio líquido saíram fortalecidas do processo de reestruturação e fortalecimento ocorrido no sistema financeiro nacional em meados da década de 1990. As mesmas cresceram, concentrando o sistema financeiro em torno dos grandes bancos privados nacionais.

De uma forma correlata, este crescimento só foi possível devido ao incremento em suas receitas proveniente de “*spreads*” maiores. Esses *spreads* maiores são resultado, de investimentos em tecnologia que possibilitaram a redução de despesas administrativas. No âmbito das despesas administrativas a conta que mais pesa é a folha de pagamentos. Ou seja, faz parte do processo de crescimento dos bancos a redução do número de funcionários para que haja um aumento no lucro líquido dos mesmos.

## **5 PERDA DE PODER BARGANHA DOS TRABALHADORES NO SETOR FINANCEIRO – CAMPANHA SALARIAL 2004/2005.**

Como decorrência das mudanças ocorridas no setor financeiro brasileiro nos últimos quatorze anos, não se pode deixar de destacar a perda de poder de barganha dos trabalhadores do setor.

Devido aos processos de redução do número de postos de trabalho no setor, dos processos de demissões voluntárias, de uma economia estável, porém com um índice de crescimento reduzido, houve, por parte dos trabalhadores do setor financeiro, uma certa ressalva quanto a discutirem com a classe patronal, durante o período de dissídio dos bancários e convenção coletiva, uma reposição salarial que fosse compatível com as perdas inflacionárias no período.

Essa ressalva era em parte devida a falta de geração de empregos no setor financeiro e nos demais setores da economia, fazendo com que o trabalhador se preocupasse muito mais em manter seu emprego do que em discutir com o empregador se o reajuste proposto pelo mesmo repunha as perdas inflacionárias ou não.

Contudo, a campanha salarial de 2004 tinha tudo para ser diferente das demais.

De acordo com artigo da revista Bancarias de junho/agosto de 2004, no dia 17 de junho desse, foi entregue a Fenaban – Federação Nacional dos Bancos a Minuta Unificada da Campanha Salarial de 2004, aprovada na VI Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, realizada nos dias 5 e 6 de junho do corrente. Unificada porque reuniu trabalhadores tanto dos bancos privados quanto estatais – Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Nesta Minuta estavam contidas as reivindicações da categoria em termos de reposição salarial e reajuste dos benefícios.

O entendimento da CNB foi que, em virtude do crescimento do PIB estar projetado, segundo o IBGE em 4,5% para este ano, de que a economia nacional está demonstrando um aquecimento e pelo fato do governo do Presidente Lula ter uma proximidade maior com os trabalhadores, este seria o momento para que as perdas inflacionárias não repostas em anos anteriores fossem incorporadas ao reajuste salarial da categoria.

Nesse contexto as principais reivindicações dos trabalhadores, expostas na revista Bancárias, na página 5 eram: aumento real de 25% no salário, participação nos lucros e resultados (PLR) com teto máximo de 15% e no mínimo 8% do lucro líquido dos bancos e piso salarial de R\$ 1521,00.

Com esta proposta, as representações dos trabalhadores e da classe patronais foram para a mesa de negociação.

Em contrapartida à proposta da CNB a Fenaban apresentou a proposta contida no Anexo I da presente monografia.

A proposta apresentava um reajuste salarial de 8,5%, PLR de no mínimo 5% e no máximo 15% e piso salarial de R\$ 792,39, proposta essa, apresentada em 8 de setembro de 2004.

Por julgar que a proposta da Fenaban não atendia as reivindicações da categoria, ficou decidido que a partir do dia 15 de setembro de 2004 a mesma, a nível nacional, entraria em estado de greve geral.

Segundo a publicação do Sindicato dos Bancários e Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana, Folha Bancária, de 13 de setembro de 2004 foi a maior greve geral da categoria desde 1946 e a primeira desde 1991 a qual durou apenas três dias.

A greve de 2004 arrastou-se por 29 dias. Por julgar a mesma abusiva o judiciário interveio e acabou com a greve através da expedição de “interdito proibitório”, que é uma medida preventiva para impedir manifestações e piquetes que poderiam impedir o acesso de funcionários, clientes e usuários às dependências dos bancos, medida essa que fez que a greve perdesse a força. Além disso, o governo federal ameaçou descontar do salário dos bancários da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil os dias em que os mesmos estiveram em estado de greve.

Apesar das reivindicações dos bancários estarem calcadas no fato de que nos últimos dez anos, de acordo com dados disponibilizados pela Folha Bancária de 24 de setembro de 2004, os bancos terem aumentado seus lucros em 1039% e a rentabilidade do capital, no setor, ter passado de 9,8% em 1994 para 18,5% em 2003, enquanto o piso salarial da categoria perdeu metade do seu valor real, nas demais reuniões entre a CNB e a Fenaban os banqueiros mostraram-se irredutíveis em sua proposta inicial.



Após dois meses de negociações e 29 dias em greve houve a cisão do movimento. O Tribunal Superior do Trabalho resolveu ajuizar a campanha salarial dos bancos estatais e, no dia 21 de outubro do corrente em julgamento estabeleceu o reajuste dos trabalhadores bancários das instituições públicas.

A respeito do ajuizamento da greve pelo Tribunal Superior do Trabalho, TST, a Folha Bancária de 3 de novembro de 2004 teceu as seguintes considerações:

A intransigência e o desrespeito com os bancários e a sociedade afastou a campanha salarial de um desfecho negociado, como há 20 anos não acontecia. A Contec (confederação que representa 5% da categoria) pediu o ajuizamento do dissídio coletivo para os trabalhadores dos bancos federais à revelia da decisão da maioria dos bancários.

O julgamento, no dia 21/10, estabeleceu os mesmos índices de reajuste que já eram resultado de dois meses de negociações da executiva Nacional com a Fenaban.

Como já havíamos alertado, o ajuizamento traz prejuízo à categoria.

Apesar do TST ter concedido um abono de R\$1.000,00 para funcionários do BB e da Caixa, deixou de fora todas as outras cláusulas já negociadas, como a PLR, que continha avanço para os funcionários.

É bom lembrar que durante a greve, o TRT de São Paulo, a pedido do Ministério Público, determinou que 60% dos grevistas permanecessem nos locais de trabalho.ou seja, caso os Sindicatos tivessem recorrido à justiça, a exemplo da Contec, o prejuízo aos bancários poderia ser bem maior do que ocorreu com os trabalhadores do BB e da Caixa. Isso sem contar que o ajuizamento deveria ser feito em cada Estado, o que poderia provocar sentenças diferentes e trazer prejuízos irreparáveis à convenção coletiva nacional.

Desgastados e sem forças para reagir os trabalhadores dos bancos privados assinaram o acordo salarial com a Fenaban em 11 de novembro do corrente.

Pasme-se, o acordo assinado não apresenta uma vírgula sequer de alteração em relação ao proposto em 8 de setembro do corrente de acordo com o comunicado da Febraban, datado de 29 de setembro de 2004.

Esses fatos que ocorreram no desenrolar da campanha salarial dos bancários 2004/2005 vem de encontro e ilustram o que esta monografia mostrou em suas linhas, os bancários perderam muito do poder de negociação com os órgãos representantes da classe patronal, o que inviabiliza reposições salariais reais e consistentes para categoria.

## 5 CONCLUSÃO

A presente monografia teve ao longo de sua execução, o objetivo de demonstrar como as condições de trabalho no setor bancário se depreciaram e quais foram os fatores que contribuíram para isto na última década.

Após a introdução o primeiro capítulo fez um resgate das principais ações de política macroeconômicas utilizadas pelo Governo Federal bem como as medidas adotadas pelo banco central para sanear, regulamentar e reorganizar o setor financeiro nacional e seus agentes, e como as mesmas contribuíram para a redução do número de instituições atuantes no sistema, uma vez que as mesmas não apresentavam os requisitos exigidos pelo Governo Federal para continuar atuando no mercado, e sua correlação direta com a diminuição do número de postos de trabalho no setor.

O segundo capítulo ocupou-se de demonstrar como a nova realidade nacional a partir da estabilidade econômica, foi preponderante para que os bancos passassem investir maciçamente em microeletrônica, e como a estabilidade foi um fator preponderante para o ingresso e ampliação de instituições financeiras multinacionais no mercado brasileiro. Ficou demonstrado que a redução de postos esta intrinsecamente relacionada ao processo de informatização e abertura do mercado financeiro bem como que a participação de bancos múltiplos multinacionais não contribuiu para realocar os trabalhadores marginalizados pelos processos de privatização e sim, que a mesma tem uma relação muito estreita coma possibilidade de um retorno sobre capital muito maior do que nos países de origem das instituições e maior ainda do que o retorno sobre capital obtido em outros países em via de desenvolvimento como demonstrou a Tabela 8.

O terceiro capítulo colocou em tela o que mudou na forma de gestão dos bancos. O resultado deste capítulo foi à clara mudança de público dos bancos uma vez que os mesmos, com o fim da ciranda financeira, voltaram-se ao varejo investindo maciçamente em uma rede bancária mais informatizada maior e tendo como função principal intermediar transações financeiras liberando crédito aos consumidores através das mais variadas formas auferindo lucros, principalmente, através da intermediação financeira e não mais através dos ganhos inflacionários e investimentos em títulos da dívida pública no curto prazo. Ficou claro o processo de

substituição da fonte de lucro “floating” pela tarifação de serviços bancários e pela constante busca de “spreads” maiores, bem como este último tem um papel importante no processo de substituição de empregos por investimento em bens de capital e, portanto no processo de demissões.

O quarto capítulo trouxe a luz das discussões o processo de perda de poder de barganha por parte dos trabalhadores como resultado da concentração do setor e da necessidade cada vez menor de mão-de-obra. Nesse capítulo foi relatada a campanha salarial 2004/2005 que, mesmo ocorrendo em um governo historicamente engajado nas lutas dos direitos dos trabalhadores e num cenário econômico considerado favorável, tendo em vista a melhora quantitativa dos indicadores econômicos para o período, encerrou-se com a aceitação do proposto pela classe patronal no início da campanha.

Em linhas gerais as hipóteses sugeridas no início desta monografia foram confirmadas ao longo do texto,

As mudanças realizadas pelos bancos em nome de comodidade, facilidade e rapidez na realização dos serviços prestados pelos mesmos, são uma realidade. Contudo para que esta realidade fosse consolidada teria que haver por parte dos bancos uma contrapartida rentável. Em virtude de mudanças na economia nacional que foram expostas no decorrer do primeiro capítulo, nota-se que os investimentos feitos pelos bancos múltiplos em sistemas de informática, telecomunicação, microeletrônica só ocorreram devido à necessidade de mudança na estrutura das instituições e porque dentro do novo contexto do sistema financeiro é necessário a redução de despesas administrativas para um incremento maior do *spread*, uma vez que este veio a substituir os ganhos com reposição inflacionária não mais existentes a partir da segunda metade da década de 1990.

Não obstante a abertura do sistema financeiro à participação de bancos múltiplos multinacionais não só contribuiu para o processo de demissões, – uma vez que estes adquiriram bancos nacionais estatais e privados e enxugaram as instituições fechando muitas agências, – como não contribuiu para tornar o mercado mais concorrencial, pois os bancos multinacionais ampliaram sua participação nos segmentos VIP’s aonde já participavam.

Além disso, os bancos privados nacionais, aumentaram em muito sua participação no mercado concentrando cada vez mais o setor triplicando sua

participação no volume de ativos, conforme demonstrou a Tabela 7, sem que houvesse geração de empregos no setor.

Ficou visível, ainda, que houve, em virtude da concentração do setor e da extinção de postos de trabalho, nos últimos 14 anos, uma grande perda do poder de negociação dos bancários que, mesmo quando mobilizam a categoria nos termos da mobilização ocorrida na campanha salarial de 2003/2004, não tem poder de choque suficiente para negociar em pé de igualdade com os banqueiros e acabam sucumbindo às imposições dos mesmos.

Os fatos ocorridos no desenrolar da campanha salarial 2004/2005 vem de encontro e ilustram o que esta monografia mostrou em suas linhas.

Por outro lado, abre-se uma oportunidade para estudos a respeito dos aspectos e das particularidades da perda de força dos órgãos representantes de uma categoria, que outrora já foi forte e teve, inclusive, participação importantíssima no processo de redemocratização deste país.

## REFERÊNCIAS

- AVENBURG, André. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. *In: GIAMBIAGI, Fábio & MOREIRA, Maurício Mesquita (Orgs). A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.
- CAMPOS, Elza Maria. **A política de formação profissional do Sindicato dos Bancários de Curitiba em face da reestruturação capitalista**. Curitiba: UFPR 2000, Tese de Mestrado em Educação.
- COELHO, Ricardo. **Repensando banco de varejo: a análise do óbvio no relacionamento com o cliente**. Curitiba: R.C.Moreira, 2002.
- CNB/CUT. **Revista da Confederação Nacional dos Bancários**. Julho/Agosto 1998, p.12.
- CNB/CUT. **Caderno de Teses. IV Congresso da CNB bancários na construção de outro modelo econômico e social**. São Paulo: CNB/CUT, 2003.
- LIMA, Maria Elizabeth Antunes. **Violência e reestruturação bancária: o caso Banco do Brasil**. *In: Saúde mental e trabalho*. São Paulo: CNTSS/CUT, 2000, pg.27 – 39.
- PASSOS, Daniel Domingos dos. **A internacionalização do setor bancário no Brasil após o Plano Real: divergências de interesses dos banqueiros com a ação do Estado e mudanças nas negociações com os trabalhadores bancários**. Curitiba: UFPR, 2001, Tese de Mestrado em Sociologia.
- PINHEIRO, Armando Castelar, GIAMBIAGI, Fábio e GOSTKORZEWICZ, Joana. **O Desempenho Macroeconômico do Brasil nos anos 90**. *In: GIAMBIAGI, Fábio & MOREIRA, Maurício Mesquita (Orgs). A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.
- PUGA, Fernando Pimentel. **Sistema Financeiro Brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial**. *In: GIAMBIAGI, Fábio & MOREIRA, Maurício Mesquita (Orgs). A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.
- SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 2004.
- Sindicato dos Bancários e Financiários de Curitiba. **Folha Bancária**. Ano XII, edições de 24/09/2004, 13/10/2004 e 03/11/2004 Curitiba, 2004.
- “Surgente”. **Publicação do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro – SINDIPETRO –RJ – 14 a 20 de Novembro de 2002 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social Saúde Mental e Trabalho de Agosto de 2000**. Disponível no endereço <[www.sindipetro.org.br](http://www.sindipetro.org.br)>. Acessado em setembro de 2004.

**ANEXO – Proposta Fenaban 2004/20054**



São Paulo, 29 de outubro de 2004.

**IMPORTANTE → ESTE ASSUNTO É DE REAL INTERESSE DA  
ÁREA DE RECURSOS HUMANOS.  
FAVOR ENCAMINHAR COM URGÊNCIA.**

**COMUNICADO FN- \_\_\_\_\_ /2004**

A  
Todos os bancos

**Ref.: Negociações Coletivas 2004/2005 -  
Proposta da FENABAN**

A Federação Nacional dos Bancos - Fenaban apresentou na quinta-feira 28 de outubro de 2004 sua última proposta às lideranças sindicais para a celebração da Convenção Coletiva 2004/2005, ao final de intensas negociações.

Nesta retomada das negociações, os bancos demonstraram a mesma disposição para o diálogo e o entendimento que prevaleceram nos três meses, de junho a setembro, ao longo dos quais foi construída a proposta mais favorável à categoria dos bancários dos últimos anos.

Lamentamos que, devido à recusa das propostas anteriores, os bancários receberão com dois meses de atraso os benefícios de uma convenção coletiva que não se limita a repor a inflação, acrescentando ganhos reais significativos, tanto aos salários quanto aos demais benefícios, inclusive a Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

A última proposta da Fenaban contempla, além de todos os benefícios constantes da proposta de 8 de setembro, um aumento dos mais expressivos no crédito extraordinário, em forma de cesta alimentação, de R\$ 217,00 para R\$ 700,00.

Reiteramos que, com esta proposta, cujo teor (anexo) recomendamos dar conhecimento aos funcionários desse banco, a Fenaban considera encerrado o processo de negociação.

Wilson R. Levorato  
Diretor Geral

Magnus Ribas Apostólico  
Superintendente de Relações do Trabalho



## Proposta de Convenção Coletiva de Trabalho 2004/2005

- I. Reajuste de 8,5% (oito e meio por cento) sobre os salários praticados em agosto de 2004. Para os empregados que percebem até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) de salário (aqui compreendidos o salário e as verbas fixas de natureza salarial, exceto o ATS) será adicionado o valor fixo de R\$ 30,00 (trinta reais), além do reajuste de 8,5% (oito e meio por cento).
- II. correção das verbas de natureza salarial e demais benefícios em 8,5% (oito e meio por cento).
- III. pisos salariais corrigidos em 8,5% (oito e meio por cento), acrescidos do valor fixo de R\$ 30,00 (trinta reais):

	R\$	R\$ <u>Após 90 dias</u>
	<u>Ingresso</u>	
Portaria	503,98	552,08
Escritório	722,79	792,39
Caixa	722,79	792,39
Gratificação de Caixa	213,82	213,82
Caixa com Gratificação	936,61	1.006,21
Outras verbas de Caixa	-	101,11
Caixa com Salário, Gratificação e Outras Verbas	-	1.107,32

- IV. PLR – Participação nos Lucros ou Resultados:



## **FENABAN**

- . 80% (oitenta por cento) do salário mais o valor fixo de R\$ 705,00 (setecentos e cinco reais), limitado a R\$ 5.010,00 (cinco mil e dez reais);
  - . mínimo de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do banco no exercício de 2004, limitado a 2 (dois) salários ou R\$ 10.020,00 ( dez mil e vinte reais);
  - . máximo de 15% (quinze por cento) do lucro líquido do banco no exercício de 2004;
  - . nos pagamentos de PLR o banco poderá compensar os valores já pagos ou que vierem a ser pagos, a esse título, referentes ao exercício de 2004;
  - . o banco que apresentar prejuízo no exercício de 2004 – Balanço de 31.12.2004 - estará isento do pagamento da PLR.
  - . antecipação a ser concedida até 10 (dez) dias úteis da data de assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho, cujo valor total será o resultado da aplicação de 60% (sessenta por cento) da regra básica, garantido o valor mínimo de R\$ 900,00 (novecentos reais), respeitado o limite de 15% (quinze por cento) do lucro líquido do 1º semestre e teto de R\$ 3.006,00 (três mil e seis reais).
- V. Crédito extraordinário, em forma de cesta alimentação, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), será concedido excepcionalmente no mês em que forem pagos os valores da nova Convenção Coletiva.**
- VI. Os dias não trabalhados serão compensados até 31 de janeiro de 2005.**

